

## **PARECER Nº \_\_\_\_\_**

### **RELATOR ESPECIAL**

Ao Projeto de Lei nº 0062-2010

Autor: **Sr. Prefeito Municipal EDINEY TAVEIRA QUEIRÓZ**

*“Dispõe sobre a alteração do art. 34 da Lei nº. 1.968/1997, que criou o Instituto Municipal de Seguridade Social, responsável pela manutenção do regime próprio de seguridade social dos servidores públicos municipais”*

### **RELATÓRIO**

Nomeado pela Presidência da Casa para exarar, como Relator Especial, Parecer sobre o Projeto retro especificado, relato a seguir as observações que julgo pertinentes à matéria.

O Projeto visa a alteração do inciso III, do artigo 34 da Lei nº 1.968/97, por meio da adequação da tabela que projeta os índices percentuais de contribuição normal e contribuição extra dos órgãos empregadores (Prefeitura e Câmara), para a manutenção do Fundo de Previdência e cobertura do Déficit Técnico Total verificado na última avaliação atuarial, cuja data-base é dezembro de 2009.

Os regimes próprios de previdência social são estruturados de acordo com o critério do equilíbrio financeiro e atuarial, conforme estabelece o art. 40 da Constituição Federal, devendo ser realizada avaliações periódicas por entidades independentes, legalmente habilitadas, a fim de constatar a necessidade ou não de ajustes das alíquotas.

Com base no resultado da avaliação atuarial o município pode e deve rever as alíquotas de contribuição ao regime próprio de previdência social, mediante alteração da legislação.

Dessa forma, o presente Projeto propõe a alteração das alíquotas de contribuição patronal ao IMSS durante o período especificado, para que a Administração Municipal possa suportar os custos dos benefícios previdenciários e cobrir o déficit-técnico total detectado, no valor de R\$ 14.528.267,38 (quatorze milhões quinhentos e vinte e oito mil duzentos sessenta e sete reais e trinta e oito centavos).

Vale ressaltar que o índice de contribuição dos servidores,

que hoje é de 11% (onze por cento) não sofrerá qualquer tipo de alteração.

Após analisar o Projeto, não encontramos vícios que possam impedir sua tramitação, emitindo, assim, **PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei 0062-2010**, em conformidade com o Parecer favorável expedido pelo Procurador Jurídico da Casa concernente à matéria, reservando ao Plenário a decisão final.

Palácio Legislativo Água Grande, 04 de outubro de 2010.

**MAURO GOLDIN**

Relator